

EIXO TEMÁTICO 10 | QUESTÕES SOBRE ENVELHECIMENTO, INFÂNCIA E JUVENTUDE

JUVENTUDE MARANHENSE: uma análise dos indicadores educacionais no período de 2012 a 2022¹

MARANHÃO YOUTH: an analysis of Educational Indicators from 2012 to 2022

Carla Vanessa Santos Cutrim²

Marlana Portilho Rodrigues Santos³

Maysa Eduarda Silva Miranda⁴

Maysa Thaís Póvoas de Albuquerque⁵

RESUMO

Este artigo analisa a evolução dos indicadores de educação de jovens entre 15 a 29 anos no Maranhão entre 2012 e 2022, a partir dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNADC), do IBGE. No período de 2012 a 2022, o Maranhão apresentou avanços na educação dos jovens, principalmente, na faixa etária de 15 a 17 anos, com a taxa de atendimento escolar e taxa de escolarização líquida. Além disso, verifica-se expansão do percentual de jovens com ensino médio e ensino superior completos. Apesar dos avanços, o Maranhão se configura como um dos estados com os menores índices de educação de jovens, o que enseja reflexões sobre a intensificação de políticas públicas para mudar essa realidade.

Palavras-chave: Juventude. Educação. Políticas públicas. Maranhão.

ABSTRACT

This article analyzes the evolution of education indicators for youth aged 15 to 29 in Maranhão between 2012 and 2022, using microdata from the Continuous National Household Sample Survey (PNADC) conducted by IBGE. Over the period from 2012 to 2022, Maranhão showed

¹ Este artigo tem como referência o estudo realizado pelas autoras no Boletim Social do Maranhão intitulado “Panorama da juventude maranhense”, publicado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), no qual as pesquisadoras fazem parte do corpo técnico. No entanto, a análise exposta neste artigo desvincula-se da Instituição a que pertencem, sendo única e exclusiva responsabilidade das autoras.

² Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC); Graduada em Ciências Econômicas

³ IMESC; Graduada em Ciências Econômicas e Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA); e-mail: marlana.portilho@imesc.ma.gov.br.

⁴ IMESC; Graduada em Ciências Econômicas (UFMA); e-mail: maysa.e1311@gmail.com.

⁵ IMESC; Graduada em Ciências Econômicas e Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA); e-mail: maysa.povoas@imesc.ma.gov.br.

advancements in youth education, particularly in the 15 to 17 age group, with increases in school attendance rates and net enrollment rates. Additionally, there was an expansion in the percentage of youth completing high school and higher education.

Despite these improvements, Maranhão remains one of the states with the lowest education rates among youth, prompting reflections on the need for intensified public policies to change this reality.

Keywords: Youth. Education. Public policies. Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, com a aprovação da Proposta da Emenda Constitucional n.º 65 (PEC da Juventude) em 2010, foi incorporado o termo “jovem” na redação do art. 227 da Constituição Federal de 1988. Com isso, foi assegurado aos jovens os mesmos direitos garantidos constitucionalmente às crianças, aos adolescentes, aos idosos, aos indígenas e às mulheres.

Em 2013, com o Estatuto da Juventude (Lei n.º 12.852/2013), tornou-se um marco importante na legislação brasileira, um instrumento que passou a orientar estados e municípios sobre os princípios e as diretrizes de políticas públicas específicas para os jovens na faixa etária de 15 a 29 anos.

Passados dez anos da criação do Estatuto, muitas foram as conquistas para a população jovem do país, contemplando o direito à cidadania, à participação social e a representação juvenil; à educação; à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; à Diversidade e à Igualdade; à Saúde; à Comunicação e à Liberdade de Expressão, e dentre outros aspectos.

Dada a relevância da temática e as especificidades das “juventudes”, o presente artigo traz o recorte da análise dos indicadores educacionais da juventude maranhense entre 2012 e 2022, com o objetivo de contribuir com a discussão sobre as políticas públicas de acesso à educação aos jovens. Para tanto, são utilizados os microdados do 2º trimestre da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNADC), do IBGE.

Assim, este artigo, além desta seção introdutória, possui mais três seções. A segunda seção discute a concepção teórica sobre a juventude, relacionando com políticas públicas e acesso à educação. A terceira seção analisa os indicadores de educação de jovens maranhenses de 15 a 29 anos, conforme o Estatuto da Juventude. E, por fim, a Conclusão.

2 JUVENTUDES, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A juventude é considerada uma fase de transição da adolescência para a vida adulta, um período de transformações e desafios, cujas características principais são a independência financeira e familiar. Os jovens também desempenham um papel importante no desenvolvimento do país, classificando essa fase da vida como uma preparação para o futuro.

Por outro lado, os jovens também são sujeitos de direitos, querem usufruir do presente e possuem demandas e necessidades específicas que devem ser reconhecidas como demandas cidadãs legítimas (Instituto Jones dos Santos Neves, 2014). Por isso, é imprescindível compreender as necessidades do presente dos jovens.

Além disso, a juventude é heterogênea, construída social e culturalmente e, por isso, deve-se considerar o termo “juventudes”, levando em consideração as relações e os contextos sociais em que os jovens estão inseridos. De acordo com Dayrell (2003, apud

Santos, 2021) devemos dizer juventudes, com um S ao final, que caracteriza as dimensões sociais e políticas da definição, ampliando a compreensão do conceito. Dessa forma, a juventude tem gênero, cor, classe social, moradia e outras especificidades que possibilitam vivências diferentes das fases de juventude pelos jovens (Rocha, 2022).

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Juventude contribuem para assegurar esses direitos, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e de transformação para o futuro. No Capítulo VII, artigo 227, a Constituição Federal preceitua um conjunto de deveres para o Estado sobre a criança, ao adolescente e ao jovem quanto aos direitos que devem ser assegurados para viverem dignamente em sociedade, dentre eles, a educação. Por sua vez, o Estatuto da Juventude, na Seção II, reúne direitos que devem ser assegurados aos jovens, desde a garantia de educação básica de qualidade e gratuita, resguardando, inclusive, a língua materna de jovens indígenas e de comunidades tradicionais, perpassando à educação profissional e tecnológica e ao ensino superior.

No entanto, são muitos os desafios em que se deparam os jovens. Um estudo recente da Fundação Roberto Marinho e da Fundação Itaú (2024) revelam que 9,8 milhões de jovens brasileiros não estão matriculados na escola e não concluíram a educação básica em 2022, com base nos dados da PNADC, do IBGE. A maioria desses jovens são de famílias com renda per capita de até 1 salário mínimo, sendo que sete em cada dez jovens são negros. É preocupante também o fato de que 86% deles ultrapassaram a faixa etária adequada para frequentar o ensino regular.

Esses dados revelam que uma parte significativa da população jovem está sendo excluída de um direito social básico, que é o acesso à educação, principalmente os mais vulneráveis. De acordo com Rosalina Soares (2024), assessora de Pesquisa e Avaliação da Fundação Roberto Marinho, é preciso unir esforços para viabilizar o retorno e a conclusão da educação básica dos jovens para construir uma nação justa e economicamente forte.

É imprescindível que políticas públicas sejam intersetoriais para assegurar maior efetividade dessas ações, estreitando os elos da educação e do mercado de trabalho. O referido estudo acima também revelou que 77% dos jovens que saíram da escola e que pretendem concluir o ensino médio pretendem cursar o ensino técnico. Além disso, 27% dos jovens que responderam não pretender concluir o ensino médio, ocorre por causa da necessidade de trabalhar (32%) e cuidar da família (17%). Dessa forma, fortalecer o Ensino Profissional e Tecnológico e o Ensino Superior é um caminho que também deverá ser percorrido para garantir a esses jovens as condições necessárias para construir a sua trajetória profissional e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.

3 PANORAMA DA EDUCAÇÃO DOS JOVENS MARANHENSES

No Maranhão, há 1,8 milhão de jovens entre 15 e 29 anos em 2022, representando o décimo maior contingente populacional do país, segundo os dados do quarto trimestre de 2022, da PNADC. Assim, os jovens maranhenses abrangem uma parcela significativa da população total do estado, com 25,3%, cuja participação é maior ao observado no Nordeste (23,7%) e no Brasil (22,7%). Esse resultado do estado enseja uma atenção constante do poder público quanto a implementação de políticas públicas para os jovens nas diversas especificidades de demandas e necessidades dessa população.

No âmbito da educação, é notória a evolução do acesso à educação dos jovens no Maranhão no período de 2012 a 2022, notadamente, para a faixa etária de 15 a 17 anos. A taxa de atendimento escolar mensura o percentual da população jovem que se encontra matriculada em alguma instituição de ensino em determinada faixa etária. Para esse grupo etário, esse indicador saiu de 85,1% em 2012 para 89,7% em 2022, acompanhando a tendência nacional e regional (Tabela 1).

Tabela 1 - Taxa de atendimento escolar da população jovem, por faixa etária, no Brasil, Nordeste e

Maranhão (%) – 2012 a 2022

ANO	BRASIL			NORDESTE			MARANHÃO		
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	15 a 17	18 a 24	25 a 29	15 a 17	18 a 24	25 a 29
2012	85,0	29,6	11,7	84,4	29,1	11,1	85,1	26,0	10,8
2013	84,8	29,8	11,4	84,6	29,9	11,5	85,2	25,3	9,5
2014	85,0	30,4	11,2	84,4	29,8	11,4	86,0	25,5	8,9
2015	86,0	30,5	11,5	84,7	29,2	11,4	85,2	25,7	9,0
2016	86,9	31,5	12,4	85,6	29,9	12,0	86,6	26,2	10,0
2017	86,9	30,5	12,9	85,7	29,2	12,0	84,1	26,1	9,8
2018	87,9	31,5	13,2	86,6	30,4	12,2	85,5	27,8	11,3
2019	89,0	31,1	13,2	87,8	30,7	12,6	86,1	27,0	11,1
2022	92,2	30,4	13,3	90,9	28,9	11,1	89,7	23,3	9,2

Fonte: IBGE/PNAD Contínua (2º trimestre).

Em relação às demais faixas etárias, observou-se uma diminuição no percentual de jovens que frequentavam instituições de ensino no Maranhão, o que sugere que, com a retomada da economia em 2022, após a crise da pandemia de COVID-19, parte desses jovens inseriu-se no mercado de trabalho. O desempenho do Maranhão entre 2012 e 2022 foi na contramão ao verificado do Brasil, indicando que os jovens maranhenses de 18 a 29 anos possuem maiores dificuldades em se manterem estudando.

Apesar disso, a taxa de escolarização líquida para jovens de 18 a 24 anos aumentou, o que indica que estão cursando o ensino superior na idade apropriada (Gráfico 1). O Maranhão apresentou a décima maior expansão do país nesse aspecto, com +5,7 p.p. entre 2012 e 2022, porém, possui a menor taxa do país, segundo os dados da PNADC.

Gráfico 1 - Taxa de escolarização líquida de jovens no Maranhão (%) – 2012 a 2022



Fonte: IBGE/PNAD Contínua (2º trimestre).

Quanto à taxa de escolarização líquida para jovens de 15 a 17 anos, saiu de 49,3% em 2012 para 65,7% em 2022 (Gráfico 1). Um avanço importante, porque reflete o aumento da permanência desses alunos na escola. Como resultado, o estado apresentou o 12º maior crescimento do país nessa faixa etária (+16,4 p.p.) nessa base de comparação (Tabela 2).

Tabela 2 - Taxa de atendimento escolar e taxa de escolarização líquida da população jovem, por faixa etária, nas UFs (%) – 2012 e 2022

UF	Taxa de Atendimento Escolar						Taxa de Escolarização Líquida			
	2012			2022			2012		2022	
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	15 a 17	18 a 24	25 a 29	15 a 17	18 a 24	15 a 17	18 a 24
RO	81,3	30,5	14,7	95,5	31,4	12,2	47,2	14,1	75,5	20,4
AC	86,1	32,2	15,3	89,0	34,5	13,2	55,6	13,5	59,7	21,3
AM	86,1	36,8	15,9	91,4	29,3	14,9	46,0	12,7	66,4	15,5
RR	86,7	35,0	15,8	90,1	26,3	11,5	63,9	21,7	73,6	15,4
PA	87,6	33,0	12,0	91,3	33,0	11,1	42,8	8,2	62,0	16,6
AP	89,5	37,1	16,3	91,1	32,6	12,7	51,5	16,1	56,7	21,3
TO	88,1	29,7	11,5	95,0	35,5	18,4	52,5	12,3	73,8	23,4
MA	85,1	26,0	10,8	89,7	23,3	9,2	49,3	7,5	65,7	13,2
PI	91,1	34,7	13,0	90,5	34,1	12,7	53,3	13,8	62,3	19,3
CE	81,4	24,9	10,7	91,8	26,1	11,3	54,1	12,1	75,2	18,0
RN	83,0	28,7	12,2	94,3	36,5	15,3	45,7	11,6	64,6	20,2
PB	83,1	31,0	12,1	91,5	31,2	13,7	47,2	15,2	62,1	16,5
PE	84,0	27,3	11,7	88,0	28,2	8,7	47,9	10,8	62,4	17,5
AL	82,5	32,8	12,0	88,6	27,2	13,1	39,7	10,4	67,8	14,4
SE	83,2	34,4	12,3	92,8	32,2	9,5	36,3	14,9	65,0	15,4
BA	86,1	31,3	9,7	92,3	30,4	11,0	41,0	9,2	62,1	12,9
MG	85,8	28,0	11,3	93,9	25,3	12,1	61,1	15,7	76,5	17,8
ES	84,2	28,2	9,3	91,2	32,1	13,7	56,9	17,2	68,7	22,7
RJ	89,7	32,4	12,3	95,1	36,7	18,0	55,8	16,6	74,3	23,6
SP	85,2	26,6	11,0	93,7	29,2	13,4	70,6	19,0	80,9	22,8

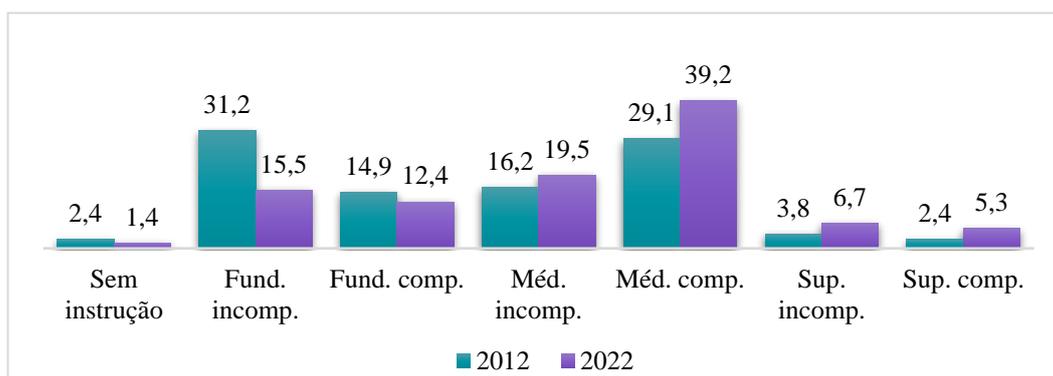
UF	Taxa de Atendimento Escolar						Taxa de Escolarização Líquida			
	2012			2022			2012		2022	
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	15 a 17	18 a 24	25 a 29	15 a 17	18 a 24	15 a 17	18 a 24
PR	81,0	30,3	11,6	86,3	31,2	14,3	59,6	20,5	68,8	23,8

SC	81,7	29,7	11,9	93,1	32,3	13,7	61,9	20,7	72,8	23,7
RS	82,8	31,7	14,2	93,3	34,2	17,2	55,1	19,9	69,2	22,9
MS	82,9	31,4	13,4	89,3	28,8	14,7	47,2	18,8	64,5	20,9
MT	86,1	31,1	13,4	90,4	26,5	13,0	65,9	18,8	76,2	19,6
GO	85,2	31,4	10,1	93,6	30,1	12,9	60,5	18,9	76,1	22,7
DF	86,4	40,7	14,9	94,3	47,0	19,3	60,7	29,5	74,4	37,2

Fonte: IBGE/PNAD Contínua (2º trimestre).

Quando se analisa o nível de instrução da população jovem no estado, observa-se que a escolaridade aumentou entre 2012 e 2022. Cresceu a proporção de jovens com ensino médio e ensino superior completos. Por outro lado, chama a atenção do crescimento do percentual de jovens com ensino superior incompleto, corroborando a dificuldade em permanecer estudando, principalmente, a faixa etária de 18 a 24 anos (Gráfico 2).

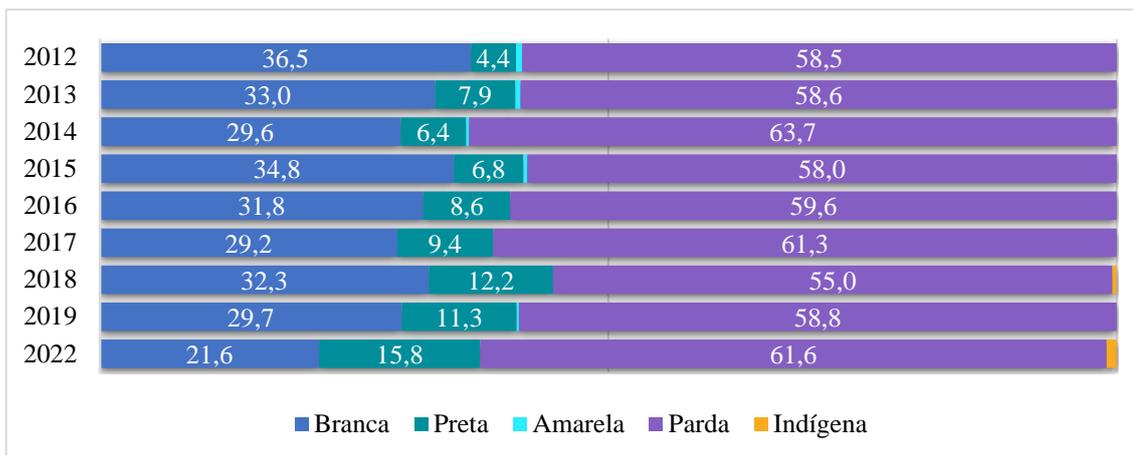
Gráfico 2 - Distribuição da população jovem, por nível de instrução no Maranhão (%) – 2012 e 2022



Fonte: IBGE/PNAD Contínua (2º trimestre).

Do total de jovens com ensino superior no estado, a maioria é parda em 2022 (61,6%), intensificado em comparação a 2012, como pode ser visto no Gráfico 3. Dentre outros fatores, contribuíram fortemente as políticas afirmativas de acesso ao ensino superior e auxílio permanência oriundos de programas federais e estaduais, e ao crescimento da autoidentificação racial. Destaca-se também o crescimento expressivo do percentual de jovens pretos com ensino superior no período, saindo de 4,4% em 2012 para 15,8% em 2022.

Gráfico 3 - Distribuição dos jovens com Ensino Superior, por cor/raça no Maranhão (%) – 2012 a 2022



Fonte: IBGE/PNAD Contínua (2º trimestre).

Em relação ao analfabetismo, o Maranhão apresentou redução na taxa de analfabetismo de jovens no período analisado, saindo de 4,1% em 2012 para 1,9% em 2022, apresentando a sexta maior redução do país (Gráfico 3).

A maior proporção de jovens que não sabem ler e escrever está na faixa de 18 a 24 anos, abrangendo 54,1% do total de jovens analfabetos em 2022, seguido de 25 a 29 anos (40,2%). Esses resultados corroboram que o analfabetismo atinge em maior proporção as pessoas com maiores idades, que não tiveram acesso à escola na infância e na adolescência. Apesar dessa redução, o estado possui a maior taxa de analfabetismo do país em 2022 (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Quantidade (por mil) e proporção (%) da população jovem analfabeta no Maranhão - 2012 a 2022

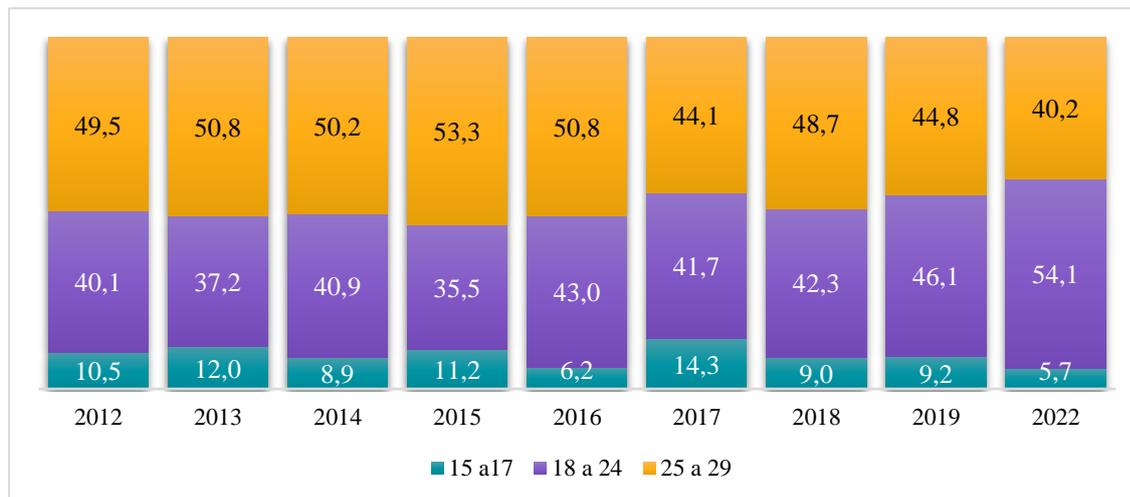


Fonte: IBGE/PNAD Contínua (2º trimestre).

A maior proporção de jovens que não sabem ler e escrever está na faixa de 18 a 24 anos, abrangendo 54,1% do total de jovens analfabetos em 2022, seguido de 25 a 29 anos (40,2%).

Esses resultados corroboram que o analfabetismo atinge em maior proporção as pessoas com maiores idades, que não tiveram acesso à escola na infância e na adolescência (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Distribuição da população jovem analfabeta, por faixa etária, no Maranhão (%)– 2012 a 2022



Fonte: IBGE/PNAD Contínua (2º trimestre).

No Maranhão, ao analisar a taxa de analfabetismo por cor/raça, observa-se que os jovens pardos são maioria, apesar desse percentual ter reduzido no período (Gráfico 6). Por outro lado, a parcela de jovens pretos sem saber ler ou escrever aumentou no estado, entre 2019 e 2022, com crescimento de 16,8 p.p., alcançando 29,8% da população jovem maranhense no último ano, o que pode estar atrelado ao crescimento de jovens autodeclarados pretos.

Gráfico 6 - População jovem analfabeta por cor/raça no Maranhão (%) – 2012 a 2022



Fonte: IBGE/PNAD Contínua (2º trimestre).

3 CONCLUSÃO

Os jovens representam 22,7% da população total do país em 2022. São 48,8 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos, segundo os dados do IBGE. No Maranhão, representam 25,3% da

população total do estado, sendo 1,8 milhão de pessoas nessa faixa etária em 2022 — o décimo maior contingente populacional do país. Assim, parte significativa da população é jovem, o que enseja uma reflexão sobre as ações de políticas públicas necessárias para esse público.

Vimos, ao longo deste artigo, que o acesso da população jovem à educação aumentou, no Brasil, Nordeste e Maranhão, entre 2012 e 2022. Especificamente, no Maranhão, para as faixas etárias de 15 a 17 anos que estão frequentando a escola, houve crescimento de 85,1% para 89,7%. Quanto à taxa de escolarização líquida para esse grupo etário, esta saiu de 49,3% em 2012 para 65,7% em 2022. Um avanço importante, porque reflete o aumento da permanência desses alunos na escola. Como resultado, o estado apresentou o 12º maior crescimento do país nessa faixa etária (+16,4 p.p.) nessa base de comparação.

Uma atenção especial às faixas etárias de 18 a 24 e de 25 a 29 anos, cujo acesso à educação reduziu no estado no período, significando que parte dos jovens maranhenses se reinseriram no mercado de trabalho no pós-crise da pandemia. Por outro lado, quando analisa a adequação da idade e a etapa de ensino cursada, a taxa de escolarização líquida de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior cresceu 5,7 p.p, a décima maior expansão do país.

As políticas públicas de permanência escolar no Maranhão, como o Cartão Transporte Universitário, Cidadão do Mundo, além dos auxílios estudantis estaduais e federais (permanência, creche, alimentação, Bolsa de Apoio aos Estudantes com Deficiência e etc.), podem ter contribuído com a expansão da permanência dos jovens na escola/universidade. O Cartão Transporte Universitário, por exemplo, é um programa governamental maranhense que beneficia estudantes de ensino médio escolas públicas e de universidades públicas e privadas com auxílio financeiro para o deslocamento dos jovens às suas respectivas instituições de ensino.

Apesar desses avanços na educação dos jovens maranhenses, o Maranhão permanece entre os estados brasileiros, com os menores índices de educação em 2022, a exemplo da taxa de atendimento escolar na faixa etária de 18 a 24 e de 25 a 29 anos, visto ao longo deste trabalho. Isso torna mais desafiadora a responsabilidade da gestão pública em assegurar o direito à educação desses jovens. Por outro lado, reforça a necessidade de um esforço conjunto com a sociedade, reafirmando a importância dos espaços para discussões e reflexões sobre essas políticas. O Maranhão está no rumo certo, mas há um longo caminho a percorrer!

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 abr. 2024.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Emenda Constitucional nº 65, de 2010**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF. 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2010/emendaconstitucional-65-13-julho-2010-607266-publicacaooriginal-128078-pl.html>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- BRASIL. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE**. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 08 ago. 2023.
- FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Pesquisa "Juventudes fora da escola": 73% dos jovens que estão fora da escola têm intenção de concluir a educação básica**. 2024. Disponível em: <https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/noticia/pesquisa-juventudes-fora-da-escola-73-dos-jovens-que-estao-fora-da>. Acesso em: 08 abr. 2024.
- FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO; FUNDAÇÃO ITAÚ - ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO. **Juventudes Fora da Escola Sem Concluir a Educação Básica**. 2024. Disponível em: <https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/noticia/pesquisa-juventudes-fora-da-escola-73-dos-jovens-que-estao-fora-da>. Acesso em: 08 abr. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Perfil da juventude e políticas públicas no Espírito Santo PNAD 2012**. 3ª edição, Espírito Santo, 2014. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/IJSN_Perfil_da_Juventude_PNAD_2012.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.
- SANTOS, A. dos. O que é Juventude? In: BODART, Cristiano das Neves. **Conceitos e categorias fundamentais do Ensino de Sociologia**, vol.2. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021. pp. 41-46. Disponível em: <https://www.editoracafecomsociologia.com/>. Acesso em: 05 abr. 2024.